

## EDITORIAL

Direito & Paz, periódico do Programa de Mestrado em Direito do Centro Universitário Salesiano de São Paulo-UNISAL, está aberto à comunidade acadêmica nacional e internacional e destina-se à publicação de trabalhos que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para o desenvolvimento científico da área jurídica.

A Revista Direito & Paz, que conta com a classificação B1 no Qualis/CAPES de 2016, tem por finalidade o debate e a divulgação dos conhecimentos produzidos pelos juristas, pesquisadores e colaboradores de instituições nacionais e estrangeiras, com vistas a abrir um espaço para o intercâmbio de ideias, a produção científica e a ampliação da participação acadêmica na comunidade.

Como veículo científico a Revista Direito & Paz propicia a divulgação dos resultados das pesquisas desenvolvidas por doutores de diversas universidades e centros de pesquisa, estimulando, assim, o intercâmbio de informações e a discussão acadêmica sobre as mais variadas questões jurídicas relacionadas à “Concretização dos Direitos Sociais Difusos e Coletivos”, área de concentração do Mestrado em Direito do Centro Universitário Salesiano de São Paulo/UNISAL de Lorena, e temáticas também vinculadas às seguintes Linhas de Pesquisa: 1. Direitos Sociais, Econômicos e Culturais; 2. Direitos de Titularidade Difusa e Coletiva.

Os artigos podem ser enviados em três línguas: inglês, espanhol e português, observando as Normas da Revista quanto à publicação. Os textos submetidos ao processo de seleção devem ser originais e inéditos e não poderão conter a identificação dos autores, pois passarão pela avaliação do “duplo cego” recomendado pela CAPES.

Os artigos, igualmente, deverão conter título em português e em inglês, resumo em português (máximo cinco linhas) e *abstract* fiel ao resumo, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave e *key words*; conter no mínimo três palavras-chaves e no máximo cinco na língua portuguesa e estrangeira.

Os trabalhos deverão ser submetidos diretamente no sistema eletrônico da revista, por meio do link: <http://revista.unisal.br/lo/index.php/direitoepaz/user/register>, não deverão conter a identificação dos autores e deverão observar, ainda, a seguinte formatação: uma cópia em editor Word for Windows 6.0 ou superior; limite mínimo de 15 (quinze) e máximo de 20 (vinte) laudas para artigos (incluindo o resumo), a fonte utilizada deve ser Times New Roman, corpo 12, alinhamento justificado, sem separação de sílabas, espaçamento um e meio

entre linhas, parágrafo: 1,5 cm, margem: superior e esquerda - 3 cm; Inferior e direito - 2 cm; as citações devem obedecer às regras da ABNT, os autores devem adotar o sistema autor data.

O(s) autor(es) se responsabiliza(m) com a revisão gramatical (ortográfica) dos textos completos e com o envio da tradução do título, do resumo (*abstract*) e das palavras-chave (*key words*) na língua inglesa.

Neste número 42, contamos com diversas contribuições de destacados professores e investigadores que tratam de variadas questões relacionadas aos Direitos Humanos, Fundamentais e Sociais.

Nessa perspectiva, o doutor David Augusto Fernandes inicia o presente número com o excelente trabalho “A aviação comercial como agente de poluição ambiental: influências no direito à vida humana saudável”. Os autores Paulo Junior Trindade e Cristhian Magnus de Marco discutem o problema da democracia radical como proposta do direito visto como discurso de combate às opressões: por uma abordagem do panorama atual dos conflitos sociais e sua (in)operância institucional. Os pesquisadores Leda Maria Messias da Silva e Rene Dutra Teixeira apresentam o tema das políticas públicas de acesso ao trabalho para refugiados no município de São Paulo: a lei 16.478/16, o CRAI e as práticas recomendadas pelo ACNUR. Os Doutores Paulo Henrique Borges da Rocha e Marcus Vinicius Porcaro Nunes Schubert discutem o tema “Considerações sobre terrorismo internacional e a nova lei brasileira antiterror”. As autoras Milena Zampieri Sellmann e Raíssa Stegemann Rocha Creado discutem o tema das contraposições entre a democracia habermasiana e a liberdade de expressão no contexto digital. Os autores Dirceu Pereira Siqueira, Fernanda Corrêa Pavesi Lara e Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima abordam “Os direitos da personalidade e o limite da atuação judicial: responsabilidade civil e a judicilização da vida”. As autoras Daniela Rocha Rodrigues Peruca e Elisaide Trevisam contribuem com o tema “Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: a proibição do trabalho infantil e do recrutamento de crianças-soldado para serem utilizadas em conflitos armados”. Valéria Silva Galdino Cardin e Tereza Rodrigues Vieira estudam a importante questão do direito à saúde da pessoa transgênero: um diálogo entre os direitos da personalidade e a medicina. Alex Fontoura e João Pedro Schmidt promovem uma interessante discussão acerca do modelo estatal e modelo comunitário de segurança pública. Zenildo Bodnar e Guilherme Berndsen tratam da efetividade da tutela do meio ambiente urbano e o direito à cidade sustentável. Cristiano Lange dos Santos aborda outro interessante tema, a saber, “A participação política e ativismo: o fazer político das juventudes no século XXI”. O tema “Informação como mecanismo de tutela efetiva no acesso à água potável” é devidamente abordado pelos autores Clovis Gorczewski e Micheli Capuano

Irigaray. Guilherme Camargo Massaú e Liege Karck tratam do tema “A autonomia como elemento fundamental da dignidade humana”. Os doutores Artenira da Silva e Silva e Maicy Milhomem Mocoso Maia discutem “A razoável duração do processo e a responsabilização do estado pela duração excessiva do processo”. Os doutores Orlando Luiz Zanon Junior e Frederico Andrade Siegel abordam a questão da atividade legislativa qualificada: uma proposta de reflexão no pós-positivismo. Tiago Fuchs Marino e Luciani Coimbra de Carvalho estudam o tema “40 anos da lei da anistia brasileira: análise da ADPF 153 e dos casos “guerrilha do araguaia” e Vladimir Herzog, sob a perspectiva do transconstitucionalismo e da teoria do duplo controle de direitos humanos. Os autores Lino Rampazzo e Marcius Tadeu Maciel Nahur contribuem com o tema a “Bioética de proteção e biodireito nacional: questões éticas e políticas sobre as drogas”. Finalmente, os autores Alcides Antúnez Sánchez, Elena López Espinosa e Carlos Bruzon Viltres discutem o tema “La industria 4.0. Dimensión ambiental en el entorno mercantil” (texto escrito em espanhol).

Gostaríamos de agradecer a todos os autores que colaboraram nesta edição, bem como aos pareceristas que contribuíram com uma criteriosa avaliação dos artigos que, agora, colocamos à disposição dos leitores.

A todos desejamos uma excelente leitura!

**Prof. Dr. Pablo Jiménez Serrano**  
Editor Responsável